



NARRATIVAS CONTENCIOSAS NA FRONTEIRA DAS AMAZÔNIAS BOLIVIANA E BRASILEIRA¹

CONTENTIOUS BORDER NARRATIVES IN AMAZONIAN BOLIVIA AND BRAZIL

Jairo de Araújo Souza

Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: souzajairo9@gmail.com

Marcello Messina

Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: marcellomessina@mail.ru

Resumo

Neste trabalho queremos discutir de forma crítica as narrativas nacionais sustentadas historicamente a partir da ideia de “conflitos revolucionários” que ocorreram nos primeiros anos do século XX ao longo da fronteira amazônica entre Brasil e Bolívia. A proposta é de explorar como governos oficiais nos dois países, nos dois lados da fronteira, mais de cem anos após o conflito histórico fazem uso de uma memória histórica com o intuito de legitimar o poder de Estado através de narrativas de orgulho nacional, luta e coragem. Ao analisar monumentos erguidos em cidades fronteiriças como Cobija, capital do departamento de Pando, na Bolívia, e Rio Branco, capital do Acre no Brasil, queremos apresentar alguns pontos de vista conflitantes sobre a história local. Além disso, procuramos explorar de que maneiras essas narrativas apagaram, silenciaram, ou, pelo contrário, se apropriou de papéis culturais e políticos dos povos da Amazônia e suas comunidades. Em terceiro lugar, investigamos como o comércio internacional da borracha na região amazônica de alguma forma manipulou o embarque de brasileiros e bolivianos em uma guerra sangrenta enfeitados pela “magia do nacionalismo.” Finalmente, pretende-se discutir criticamente o desequilíbrio entre a marginalização do Acre como um estado dentro de uma cultura dominante no Brasil e da importância do Acre como um território tragicamente perdido dentro de narrativas nacionais bolivianas.

Palavras-chave: História, Narrativas, Nacionalismo, Poder, Amazônia.

¹ Este trabalho é baseado em uma comunicação oral apresentada pelos autores durante o XII Jalla (Jornadas Andinas de Literatura Latinoamericana), na cidade de La Paz, em agosto de 2016. Uma versão precedente do texto se encontra online no site *Academia.edu* <<https://goo.gl/hZeRxQ>>.

Abstract

This work aims to offer a critical view on national narratives sustained historically over the idea of “revolutionary conflicts” occurred in the early 20th century along the Amazon border between Brazil and Bolivia. The idea here is to explore how official governments on both sides of the border, more than a hundred years after the conflict, make use of historical memory in order to legitimate state power through narratives of national pride and courage. By analyzing built monuments in border cities like Cobija, the capital of the Pando Department in Bolivia, and Rio Branco, capital of the State of Acre in Brazil, we wish to bring to light some conflicting and contradictory points of view over local history. In addition, we seek to explore the ways in which these narratives overshadowed, silenced, or, on the contrary, appropriated the cultural and political roles of local Amazonian peoples and their communities. Thirdly, we investigate how the international rubber trade in the Amazon region somehow manipulated both Brazilians and Bolivians into embarking on a bloody war under the “spell of nationalism”. Finally, we attempt to critically discuss the imbalance between the marginalization of Acre as a state within Brazilian mainstream culture and the importance of Acre as a tragically lost territory within Bolivian national narratives.

Keywords: History, Narratives, Nationalism, Power, Amazon.

Introdução

Neste trabalho queremos discutir de forma crítica as narrativas nacionais sustentadas historicamente a partir da ideia de “conflitos revolucionários” que ocorreram nos primeiros anos do século XX ao longo da fronteira amazônica entre Brasil e Bolívia. A proposta é de explorar como governos oficiais nos dois países, nos dois lados da fronteira, mais de cem anos após o conflito histórico, fazem uso de uma memória histórica com o intuito de legitimar o poder de Estado através de narrativas de orgulho nacional, luta e coragem. Desejamos destacar a fundamental importância de dois trabalhos do nosso colega, Francisco Bento da Silva (SILVA, 2016; SILVA, 2017) assim como de um trabalho colaborativo que redigimos com ele (SILVA, SOUZA e MESSINA, 2017), para a elaboração deste trabalho. Todos esses trabalhos também dialogam com os monumentos de Cobija e Rio Branco, e problematizam as narrativas de fronteira na região.

Situada às margens do rio Acre no lado Boliviano, a cidade de Cobija faz fronteira com os municípios brasileiros de Epitaciolândia e Brasileia, na outra

margem do rio. A região é marcada historicamente pelo conflito de fronteira entre os dois países, que no Brasil ficou conhecido como “revolução acreana” e na Bolívia se chamou “guerra del Acre”, na disputa por um território que no século XIX pertencia oficialmente à Bolívia, mas que no entanto, não havia despertado interesse governamental pelas autoridades instituídas dos dois Estados naquele período, como destaca Silva:

Temos um Acre que na virada do XIX para o XX torna-se objeto de desejo da Bolívia, que tinha como pretensão ocupar o território e exercer sua imaginada soberania e desejado domínio. Contudo, a república andina nunca exerceu de forma consistente sobre o Acre qualquer uma dessas duas formas de controle. A soberania era somente legal, mas não real, requerida sobre um território boliviano palmilhado havia muito por visitantes não convidados de outras nacionalidades que irão ocupar e explorar suas riquezas com volúpia. (SILVA, 2017, p. 50).

Não temos aqui a pretensão de retomar o mérito de posse do território, mas sim, de investigar as narrativas que foram tecidas a partir do conflito histórico como justificativa para a consolidação de uma fronteira oficial entre Brasil e Bolívia às margens do rio Acre e de que forma isso se faz presente em monumentos e praças públicas da cidade Cobija, capital do Departamento de Pando na Bolívia e em Rio Branco, capital do Estado do Acre no Brasil. A partir de uma análise desses espaços, propomos um debate acerca de pontos de vista conflitantes e contraditórios da história local.

A maneira diferenciada como bolivianos e brasileiros percebem hoje o conflito histórico pode se identificar desde a forma como essas narrativas ficaram registradas. Na Bolívia, a chamada “Guerra del Acre” ou “Holocausto de la Guerra del Acre”, como será mostrado mais adiante, trazem à tona diferentes percepções acerca do conflito quando comparadas ao que os brasileiros chamaram de “Revolução Acreana”. Esses diferentes termos nos permitem investigar a tessitura de diferentes narrativas nacionalistas em torno da luta pela posse de um território já habitado por diversos povos indígenas e que na narrativa nacional ou oficial vão exercer algum ou nenhum protagonismo, ficando assim, ao que chamamos de silenciamento daqueles que habitavam as terras que no século XX passariam a ser chamadas de Estado do Acre no Brasil e Departamento del Pando na Bolívia. Nossa percepção é que os indígenas surgem em diferentes papéis nas narrativas oficiais dos dois países, o que poderemos observar a partir da análise dos monumentos

históricos erguidos nas cidades de Cobija (na fronteira com o Brasil) e Rio Branco, capital do Acre.

Pierre Nora em sua obra “Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares” aponta para um esvaziamento e até mesmo do fim da memória, a partir de um fenômeno que o autor chama de aceleração da história.

Esse desmoronamento central de nossa memória só é, no entanto, um exemplo. É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial (NORA, 1993, p.07- 08).

Nesse sentido, as narrativas nacionais e as tentativas de criar um sentimento de pertencimento a determinados lugares se materializam em monumentos erguidos pelos Estados Nação ao longo do século XX que vão historicizar, instrumentalizar a memória histórica ou ainda, a busca da manutenção de um sentimento ou lembrança acerca daquilo que não existe mais. O sentimento de continuidade ou pertencimento passa a ser residual aos lugares, que Nora chama de “lugares de memória”; numa verdadeira apropriação dos eventos históricos que serão convenientemente narrados pelos poderes instituídos.

Ao visitar a cidade de Cobija na Amazônia boliviana fronteira com o Brasil, temos a oportunidade de observar que em vários espaços públicos da área central da cidade se encontram monumentos históricos que fazem referência direta não somente a fundação da cidade, mas aos conflitos históricos com o país vizinho, Brasil, pela posse do território às margens do rio Acre.

Podemos afirmar que aqui estão presentes narrativas históricas com seus personagens de fronteira, heroificados nacionalmente, e que para além dos nacionalismos, encontraremos também lugares e gente narrados por uma tradição que remonta uma prática inaugurada pelos primeiros viajantes e seus relatos, forjando assim um jeito de ver lugares e sua gente desde os “Olhos do Império” de que fala Mary Pratt (1990) até nossa contemporaneidade.

Os monumentos na cidade de Cobija chamam a atenção principalmente para um dos principais confrontos da chamada *Guerra del Acre* na fronteira, a “Batalha de

Bahia²". Na área central e comercial da cidade se encontra uma praça, chamada Plaza de Los Bueyes, com monumentos inaugurados em outubro de 2008, um deles se refere à atividade extrativista gumífera do início do século XX que está diretamente ligada ao que gerou o conflito histórico entre os dois países na posse pelo território, região possuidora de matéria-prima da indústria e do capital internacional, a borracha ou o látex, presente na árvore chamada de seringueira, ou seu nome científico *hevea brasiliensis*. Voltaremos ao contexto político-histórico da região e a questão do Acre para os dois países mais adiante. De início, gostaríamos de destacar os principais monumentos e espaços públicos que fazem referência ao conflito histórico na fronteira.

Em Cobija, temos as estátuas de um seringueiro e seu cão acompanhando uma carroça carregada de seringa (látex) extraído da floresta amazônica (fig. 01). Na narrativa oficial, este personagem passa a ser o protagonista de uma narrativa de fundação do lugar, nesta região, a Amazônia passa a existir a partir da atividade extrativista do látex, ou seja, o seringueiro vira sinônimo de pioneiro, explorador, aventureiro, etc. Sua prática vai ser legitimada por interesses de fora da região.

Dentro da lógica do “progresso” e do “desenvolvimento”, o seringueiro passa a ser visto como o homem local. Vejamos aqui, que o indígena e seus saberes desaparecem, as culturas pré-existentes não tem espaço na narrativa nacional oficial. Esta (re) inaugura, direciona e seleciona aquilo que deve ser lembrado e assimilado como “natural” dessa região, o seringueiro. Esta narrativa vai encontrar ecos e valores semelhantes nos dois lados da fronteira, já que o território em disputa tem em comum a atividade gumífera, epicentro econômico de todo o conflito.

² “Puerto Bahia” era o nome originário da cidade de Cobija ao momento da sua fundação em 1906 (ZAMBRANA LARA, 2011, p. 9).



Fig. 01 - Arquivo pessoal: Jairo Souza, 05/09/2015

Na mesma praça pública, temos um obelisco (fig. 02) dividido em três blocos de cima abaixo com uma representação dos personagens e eventos ocorridos nas batalhas pelo território do Acre. Na verdade, uma síntese da Guerra del Acre com destaque para os chamados heróis da “Batalha de Bahia”.



Fig. 02 - Arquivo pessoal: Jairo Souza, 05/09/2015

Na base do monumento, se encontram os seres da natureza, ou “raça nativa” como pode ser lido em uma placa contendo uma resenha histórica que também descreve todo o monumento. Vale ressaltar que a disposição dos personagens e outros seres que compõem o obelisco sugerem uma espécie de

“ordem natural” ou lógica de uma narrativa evolucionista a partir da racialização dos personagens que compõem a base do obelisco e de uma exaltação da beleza exótica e exuberante da Amazônia. Uma base composta por indígenas misturados à fauna e a flora amazônica, sugerindo também uma espécie de apagamento desses sujeitos, já que esses aparecem não como protagonistas dos eventos ocorridos, mas como parte do cenário local. Reside aqui também um dos aspectos cruciais de nossa crítica acerca das narrativas oficiais, ou seja, há um reforço e manutenção de um discurso que historicamente estigmatiza e cria um conceito em torno da região e das pessoas que ali já habitavam. Como nos aponta Eni Orlandi (1990), os lugares e sua gente passam a ser narrados, categorizados, silenciados ou simplesmente, estes (homens e mulheres indígenas) serão seletivamente colocados “à margem da história” na perspectiva de Euclides da Cunha. Voltando ao monumento, gradativamente, vão se destacando com o próprio relevo esculpido, novos personagens que ganham destaque à medida que se eleva a estrutura do monumento. No segundo bloco, se destacam homens trabalhando na extração do látex. Esses personagens, na nossa leitura, já recebem maior destaque e importância na comparação com os indígenas abaixo no mesmo espaço esculpido, como parte do enquadre daqueles que auxiliam na tessitura da narrativa nacional e heroica. São os exploradores ou seringueiros do período histórico colonial da Bolívia.

No terceiro bloco subindo a estrutura do monumento, encontram-se os soldados ou aqueles que lutaram na *Guerra del Acre* ou como conta o registro da placa oficial: “*El Holocausto de la Guerra del Acre*” em uma alusão à derrota boliviana, mas que ganha sentido de genocídio ou mortes em grande número (fig. 03). Não fica assim registrado uma derrota, mas uma tragédia histórica da qual a narrativa se fortalece para que jamais se esqueça do evento histórico. A palavra ‘holocausto’ é peça fundamental na tessitura da narrativa trágica da perda de território para o Brasil, mas que apela para além da dor, à bravura e ao heroísmo dos personagens históricos, motivo de orgulho para os bolivianos.

José Manuel Pando veio para a Amazônia boliviana, em meados de 1890, como exilado político após uma tentativa de golpe no governo boliviano de Aniceto Arce (TOCANTINS, 2009, p.205). Naquele período, após ter acesso a um documento escrito pelo coronel Pereira Labre sobre a necessidade de explorar toda

a região do Beni até o rio Acre na Amazônia boliviana, Manuel Pando decidiu navegar pela região conhecida também hoje como a bacia do rio Madeira.



Fig. 03 - Arquivo pessoal: Marcello Messina, 05/09/2015

Provavelmente impressionado com o que leu no documento, Manuel Pando desce o rio Beni até o Acre em 1894, certo de que os bolivianos não iam gostar nada do que então viu, tratou de informar o governo de seu país sobre a situação na região. Acerca dessa questão Tocantins destaca:

Sabia-se do povoamento brasileiro, tinha-se notícia da alta cotação da borracha nos mercados estrangeiros. Porém, as lutas internas, a fragilidade dos regimes instituídos e derrubados por golpes militares, levando em conta, por outro lado, o traço de desarticulação geográfica contribuíram, de maneira acentuada, para a ausência da Bolívia no Acre, e mesmo para uma ação oficial corretiva, tendente a afirmar ali, a soberania nacional, ameaçada pela onda povoadora do Brasil (TOCANTINS, 2009, p. 205).

Alguns anos mais tarde, já como presidente da Bolívia, José Manuel Pando vai pessoalmente liderar o exército boliviano contra Plácido de Castro, chefe do

exército brasileiro, na luta pela manutenção do território boliviano já ocupado por brasileiros.



Fig. 04 - Arquivo pessoal: Jairo Souza, 05/09/2015

A narrativa histórica contida nesse monumento dos “Heroes de Bahia” encontra reforço, na Avenida 9 de Febrero, em que uma estátua em homenagem à Bruno Racua (fig. 04), indígena considerado herói da guerra do Acre, aponta uma flecha em chamas em direção ao outro lado do rio Acre (Brasil). Há aqui também uma representação de um passado mal resolvido com o país vizinho, no sentido de reafirmar um descontentamento ainda presente pela perda do território, num misto de orgulho e bravura nacional impressa mais uma vez na maneira como a estátua está disposta em praça pública.

Fronteiras de racismo e silêncios.

Comparando os monumentos em Cobija com o monumento a Plácido de Castro em Rio Branco, é importante ressaltar como os papéis dos vários grupos étnicos e sociais envolvidos no conflito sejam articulados de maneiras extremamente diferentes. Se no monumento à Batalha da Bahia em Cobija, os indígenas são problemáticamente racializados e implicitamente colocados num grau hierárquico inferior em respeito aos seringueiros e aos três heróis representados em cima do

obelisco, é também verdade que são considerados parte integrante do conflito. Além disso, a presença de Bruno Racua, um sujeito indígena, como uma das três cabeças em cima, atesta a vontade de reconhecer a importância da contribuição dos indígenas no conflito. Esta vontade é ulteriormente atestada pela presença, já mencionada, de um outro monumento dedicado unicamente ao mesmo Bruno Racua, na *Avenida 9 de Febrero*.

Em Rio Branco, ao contrário, o monumento a Plácido de Castro celebra o heroísmo individual do líder militar branco desdizendo a carga coletiva do obelisco às “*tres cabezas*” em Cobija. A estátua retrata de Castro indicando o caminho com a mão esquerda, e no mesmo tempo empunhando uma espada na mão direita (fig. 05).



Fig. 05 - Arquivo pessoal: Marcello Messina, 17/10/2015

A espada, orientada no sentido Sul-Sudeste, mira efetivamente na direção da fronteira com a Bolívia, embora não exatamente na direção de Cobija. Desta maneira, o par formado pela estátua de Plácido de Castro em Rio Branco e pela

estátua de Bruno Racua encarna a forma extremamente polarizada em que se manifesta a militarização simbólica da fronteira Pando-Acre.

No monumento a Plácido de Castro em Rio Branco, o subalterno racializado é representado numa placa esculpida em baixo da estátua, que celebra o forçamento da passagem de Porto Acre em janeiro de 1903, que foi completada pelo Coronel Alencar (CASTRO, 2005, p. 68). A placa retrata um sujeito negro, sem camisa, que puxa uma corrente de metal. Atrás desse trabalhador, o líder militar, com chapéu e roupa de explorador, chama a atenção de um barco, que agora pode passar para o rio. Atrás desse trabalhador, o líder militar, com chapéu e roupa de explorador, chama a atenção de um barco, que agora pode passar para o rio (fig. 06).

Aqui a corrente, embora não seja diretamente conectada à esfera fenomenológica da escravidão³, sugere, contudo, o controle e a exploração do corpo negro como componente da dimensão ética e social da conquista brasileira do Acre. É importante destacar como os indígenas são totalmente ignorados neste monumento, ao contrário do que acontece nos monumentos de Cobija. Esta ausência é sintomática tanto da negação do fenômeno da escravidão indígena (MONTEIRO, 1994), quanto do silenciamento das trajetórias dos povos indígenas no contexto da história da formação do Acre atual (ALBUQUERQUE, 2015, p. 14).

³ O fim da escravidão no Brasil é decretado oficialmente em 1888, muito próximo desse período de formação do Acre. Fica difícil, por isso, de afirmar com certeza se o sujeito representado era um escravo, mas levando em consideração às datas oficiais, este já era um homem livre.



Fig. 06 - Arquivo pessoal: Marcello Messina, 17/10/2015

De forma breve, destacamos uma diferença considerável entre uma narrativa oficial boliviana que inclui, embora racializando-as, populações indígenas no processo de formação dos sujeitos geopolíticos atuais, e uma narrativa brasileira que silencia o índio e celebra a supremacia branca e a exploração do trabalho negro, quase elevando as duas ao nível de paradigmas indispensáveis do processo de colonização do Acre.

Queremos também propor que esta diferença fundamental prenuncia uma racialização peculiar que age até hoje de um lado ao outro da fronteira, uma racialização em virtude da qual os sujeitos, as práticas e os territórios bolivianos são catalogados como “inferiores” em respeito a uma percebida e imaginada “branquitude” brasileira. Neste contexto, poderia se transferir à fronteira Acre-Pando o conceito, formulado por Joseph Pugliese em relação à divisão entre Norte e Sul na Itália, de “eixo geopolítico racializado” (PUGLIESE, 2007, s/n). Exemplos recentes desta racialização ao nível da cultura nacional brasileira incluem as frequentes ofensas endereçadas em mídias sociais ao presidente boliviano Evo Morales

seguidas a algumas suas importantes declarações de relevância geopolítica, ofensas que se podem sintetizar na frase: “Cala a boca, índio”.⁴

Ao nível estadual do Acre, é interessante destacar a recente produção de um videogame que dialoga com a história da luta pela posse do território acreano, com o título de *Seringueiro Samurai*. Neste jogo eletrônico, o protagonista controlado pelo utente é um seringueiro de origem japonesa que, conforme o Portal Amazônia, “passa a defender indígenas da região, que viram alvos de ataque de bolivianos e seringalistas” (PORTAL AMAZÔNIA, 2014). No jogo, mais ou menos conscientemente, se pretende desconhecer discursivamente tanto o silenciamento dos indígenas na narrativa brasileira sobre “Revolução Acreana”, quanto a participação dos indígenas do lado boliviano em “la Guerra del Acre”. O lado boliviano do conflito é privado das suas razões, e os soldados bolivianos viram inimigos e “Outros”, alvos de historicizados dos golpes virtuais do jogador.

Sob os “olhos” do império e o fascínio nacionalista

No século XIX, o chamado “Rubber Trade” era essencial para que as “engrenagens” do mundo industrial europeu e estadunidense se mantivessem em pleno funcionamento, e a região amazônica já era endereço bem conhecido do capital internacional. No trecho em destaque abaixo, Tocantins nos dá uma amostra de como a região do Acre vai ganhando cada vez mais importância para o desenvolvimento e manutenção da atividade econômica industrial mundial:

Ademais, Acre e borracha confundem-se no mesmo processo histórico. Sem a borracha o Acre não seria brasileiro, a menos que surgisse outro produto-rei capaz de emprestar à terra a mesma fascinação econômica. Tão imperioso e decisivo foi o papel da borracha que por algum tempo adotei para este livro o nome de *Fronteira do Ouro Negro* (TOCANTINS, 2009, p.36).

A partir do conceito de “comunidades imaginadas” trabalhado por Benedict Anderson (2008), podemos afirmar que a região que hoje constitui o Estado do Acre no Brasil passou por pelo menos três momentos relevantes em sua constituição

⁴ Algumas dessas ofensas são acessíveis entre os vários comentários a artigos de jornais online nacionais sobre declarações de Morales em defesa de Dilma Rousseff (TERRA BRASIL, 2016) e em denúncia da base-prisão estadunidense de Guantánamo (GLOBO, 2016).

como um território delimitado e cartografado a partir de linhas imaginárias. Todos os períodos são fortemente marcados por um viés colonial, as narrativas sempre vão enquadrar a região como um lugar que precisa ser explorado, desenvolvido, etc.

Em um primeiro momento, um Acre surge legalmente como boliviano pela assinatura do Tratado de Ayacucho em 1867. Em seguida, um Acre que passa a ser cada vez mais disputado pela crescente demanda internacional de matéria-prima, materializada pelo “rubber trade”, e que compõe também os “ingredientes” necessários, conflitantes e contraditórios, para fomentar ainda mais a disputa entre os locais (além daqueles que aparecem oficialmente nas narrativas oficiais como brasileiros e bolivianos) contanto que se garantisse a produção gumífera que prometia uma espécie de Eldorado para aqueles que se aventurassem em tal empreendimento, a borracha. E por último, a assinatura do Tratado de Petrópolis decretando oficialmente um final à litigiosa disputa territorial entre Brasil e Bolívia na primeira década do século XX.

De maneira geral, essas serão as conjunturas que irão compor o cenário da região. Vale ressaltar que o viés colonialista e também por isso, econômico, estará na base de todo o conflito de disputa pelo território que até meados do século XIX não parecia despertar grandes interesses das duas nações. Então, é a partir de uma demanda estrangeira e imperialista de um mercado que exigia dos dois países a matéria-prima para a sua atividade capitalista que surge uma mobilização na região para atender a economia internacional.

Nessa perspectiva, caem por terra as narrativas heroicas de luta e coragem e de construção de uma identidade nacional brasileira. Do lado boliviano, a crítica reside no fato de que a república andina ainda vivia sob instabilidades políticas e sucessivos golpes ao governo instituído nesse período final do XIX, como a revolução liberal ocorrida em La Paz em 1898 (ARGUEDAS, 1980, p. 487). Em outras palavras, tanto o Brasil quanto a Bolívia não tinham a região como prioridade até que um litígio territorial se instaurou a partir de pressões externas, vindas do chamado império industrial europeu e estadunidense em avanço sobre a região amazônica com interesses bem específicos.

Voltando ao monumento de Plácido de Castro em Rio Branco, é possível identificar uma referência a estes interesses externos na placa em baixo do

monumento, que celebra a coragem de Plácido de Castro em “confrontar o exército boliviano e o grande capital internacional durante a conquista do Acre” (fig. 07).

Em denunciar a presença de interesses externos e intervenções imperiais na região, o discurso oficial do Estado do Acre reivindica a estraneidade do lado brasileiro do conflito a estes interesses, associando-os implicitamente e exclusivamente ao lado boliviano. Desta maneira, o monumento fixa os termos do discurso dentro de uma dicotomia forçada *Brasil vs. capital internacional*, silenciando também todas as questões de racialização, polarização violenta e militarização simbólica que caracterizam a narrativa da fronteira. Enfim, aqui residem os elementos que corroboraram para uma movimentação no cenário geopolítico internacional para que os atores locais se mobilizassem em torno de uma suposta causa nacional. A questão econômica gumífera foi o “motor” que acelerou o processo de consolidação da presença de brasileiros e bolivianos em territórios indígenas secularmente ocupados com narrativas diversas e que a história oficial não nos permite ver. Aqui caberia uma das perguntas que podemos fazer: seremos capazes de ver o que as narrativas oficiais têm silenciado, já que aqui criticamos como isso tem ocorrido?



Fig. 07 - Arquivo pessoal: Marcello Messina, 17/10/2015

Uma brasilidade intermédia e liminar

Nessa parte final do texto, queremos refletir um pouco sobre o peculiar desequilíbrio na relação entre, por um lado, a perda boliviana do Acre caracterizada como tragédia, pelo menos no âmbito municipal de Cobija, e, por outro lado, o ganho do Acre caracterizado como evento marginal no contexto nacional brasileiro.

No âmbito das narrativas oficiais externadas nos monumentos de Cobija, o conflito que levou à perda desse território é, como foi mencionado abundantemente nesse trabalho, tão crucial que é marcada pelo significativo “holocausto”. Por outro lado, no âmbito da cultura nacional brasileira, o Estado do Acre é marginalizado e esquecido, ao ponto de ser objeto de representações “encontradas em várias redes sociais na internet”, baseadas na “afirmativa categórica de que «o Acre não existe»” (LUCENA e BARROS, 2014, s/n).

Esta marginalização não opera só simbolicamente ao nível da cultura popular nacional, mas se manifesta materialmente por meio de uma série de carências infraestruturais que determinam objetivamente a exclusão substancial do território acreano do espaço nacional brasileiro. A mais grave dessas carências, totalmente arbitrária e injustificada, é o custo exorbitante das passagens aéreas de e para o Estado, que é ciclicamente objeto de protestos por parte dos representantes políticos locais (GLOBO, 2016).

Assim, o território e a população do Estado do Acre permanecem numa posição intermédia e liminar, suspensos entre a celebração local da conquista militar da sua própria brasilidade e a negação desta mesma brasilidade perpetrada nacionalmente. Em vista de tudo isso, podemos pelo menos suspeitar que seja exatamente a partir desta fronteira com a Bolívia, polarizada, racializada e simbolicamente militarizada, que o Estado do Acre imagina e constrói a sua brasilidade. E que essa brasilidade construída e imaginada sustente-se também na amargura boliviana pelo território perdido. Enquanto os brasileiros de fora do Acre acham que o Acre não existe, os bolivianos, pelo menos de Pando, nunca esquecem que o Acre existe.

Referências

- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de (2015). **História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica do progresso**. Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura, Vol. 1, N. 4, 2014, pp. 1-19.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARGUEDA, Alcides. **Historia General de Bolivia**. La Paz: Libreria Editorial “Juventud”, 1980.
- CASTRO, Plácido de. Apontamentos sobre a Revolução Acreana (1906). In. CASTRO, Genesco de. (org.), **O Estado Independente do Acre e J. Plácido De Castro: Excertos Históricos**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- GLOBO. Evo Morales pede que EUA devolvam Guantánamo a Cuba. **Globo**, 2016a
Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/evo-morales-pede-que-eua-devolvam-guantanamo-a-cuba.html>.
- GLOBO. MP aciona empresas por preços abusivos de passagens aéreas no AC. **Globo**, 2016b. Fonte: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/05/mp-aciona-empresas-por-precos-abusivos-de-passagens-aereas-no-ac.html>.
- LUCENA, Giselle Xavier Davila; BARROS, José Márcio. Memórias E Interações Mediatizadas: O Acre Existe? **Anais do XII Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores de las Ciencias de la Comunicación**. Lima: PUCP, 2014. Fonte: <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/12/GI1-D%C2%B4avila-Lucena-M%C3%A1cio-Barros.pdf>.
- MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In L. D. Grupioni (Ed.), **Índios no Brasil** (pp. 105-120). Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- NORA, Pierre (1993). **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Projeto História, Vol. 10, 1993, pp. 7-28.
- ORLANDI, Eni. **Terra à Vista: Discurso do Confronto – Velho e Novo Mundo**. São Paulo; Campinas: Cortez Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- PORTAL AMAZÔNIA. **Game Seringueiro Samurai é criado no Acre para preservar história local**. Portal Amazônia, 2014. Fonte: <http://portalamazonia.com/detalhe/noticia/game-seringueiro-samurai-e-criado-no-acre-para-preservar-historia-local/?cHash=24fbb2e278db26cc3f9dacdeb3f96bf5>.
- PUGLIESE, Joseph (2007). **White Historicide and the Returns of the Souths of the South**. Australian Humanities Review, N. 42. Fonte: <http://www.australianhumanitiesreview.org/archive/Issue-August-September-2007/Pugliese.html>.
- SILVA, Francisco Bento da; SOUZA, Jairo Araújo de; MESSINA, Marcello. **Contentious Narratives in Amazonian Cities Along the Brazil–Bolivia Border: Memories and Resentments Turned Heroic and Glorious**. Bitácora Arquitectura, N. 36, 2017, pp. 130-137.



SILVA, Francisco Bento da. **Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças**: as disputas pelas identidades. **Jamaxi**, Vol. 1, N. 1, pp. 49-67.

SILVA, Francisco Bento da. A cidade de Cobija e os lugares de memória da Revolução Acreana/Guerra do Acre. In ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de (org.), **Das Margens**. Rio Branco, Nepan Editora, 2016.

TERRA BRASIL. Evo Morales: direita quer dar golpe em Dilma e castigar Lula. **Terra Brasil**, 2016 Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/impeachment/evo-morales-afirma-que-direita-quer-dar-golpe-em-dilma-e-castigar-lula,bca6274086c5463a75894a570d734da5124pyl38.html>.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2009.

ZAMBRANA LARA, Carlos G. **Historia fotográfica del puerto de Cobija (1908)**. Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, Vol. 5, 2011, pp. 5-13.